

Pedro Henrique Montebello Pereira Martins

**HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: A Configuração Histórica  
do Bairro Santo Antônio e Seus Reflexos  
na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira***

Mariana-MG  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais–UFOP  
2014

Pedro Henrique Montebello Pereira Martins

**HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: A Configuração Histórica  
do Bairro Santo Antônio e Seus Reflexos  
na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira***

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Donizete Silva

Mariana-MG  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais–UFOP  
2014

*PERIFERIA*

*Tudo acontece na periferia*

*Brigas mortes, na periferia*

*Tiro sangue na periferia*

*Tudo acontece na periferia*

*Bagúio corre direto na periferia*

*Fazemos muita anarquia*

*Na periferia*

*Tudo acontece na periferia*

*Ratos de Porão, 1984*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo explicar as possíveis causas do sucateamento do ensino na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*. Esta escola, situada em Mariana, interior de Minas Gerais, sofre as consequências de péssimas gestões e desestruturação há anos. Com base na experiência de estágio vivenciada nesta instituição escolar e na pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro em que a instituição se encontra (bairro Santo Antônio), tentaremos explicar os diversos fatores que contribuíram para a marginalização da escola e da comunidade em que está inserida.

**Palavras-chave:** Desestruturação do Ensino; Marginalização; Interdisciplinaridade.

## **ABSTRACT**

This paper aims to explain the possible causes of obsolescence of teaching at Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira. This school, located in Mariana, Minas Gerais, has been suffering from bad managements and disruption for years. Based on the experience of the internship at the educational institution and based on historical research about the process of occupation of the district where the institution is located (Santo Antonio neighborhood), this paper tries to outline a study that aims to explain the various factors that contributed to the marginalization of the school and community in which it operates.

**Key words:** Breakdown of Education; Marginalization; Interdisciplinarity.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I - Introdução à configuração histórica do bairro Santo Antônio .....</b>	<b>8</b>
1.0 - O espaço do bairro Santo Antônio como uma problemática .....	10
1.1 - Vertente interpretativa das correntes migracionais.....	11
1.2 - O fator político local e suas relações com a ocupação do espaço urbano .....	14
<b>Capítulo II - Problematizando a Escola Municipal <i>Wilson Pimenta Ferreira</i> (EMWPF), dentro do contexto do bairro Santo Antônio. ....</b>	<b>17</b>
2.0 - Estigma e Preconceito na comunidade do bairro Santo Antônio .....	18
2.1 - A Violência multifacetada presente no bairro Santo Antônio e na EMWPF .....	21
2.2 - A experiência de estágio na Escola Municipal <i>Wilson Pimenta Ferreira</i> .....	28
<b>Conclusão .....</b>	<b>31</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>32</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>34</b>

## Introdução

Mariana, Minas Gerais, se caracteriza por ser uma cidade distinta. Sua história, que remonta às primeiras explorações auríferas da então província mineira, no século XVII, é percebida no cotidiano da cidade, seja nas suas construções históricas, seja nos seus habitantes. A extração do minério está diretamente ligada à história da ocupação da cidade, na medida em que o ouro foi o primeiro responsável pela ocupação deste perímetro e, em seguida, com sua escassez, a população procura a zona rural em busca de melhores condições de vida. Na segunda metade do século XX, com a volta da exploração mineral – agora, a exploração industrial do ferro –, Mariana volta a ser ocupada nas imediações do centro e passa por uma grande transformação do seu espaço. Com essa nova onda de progresso trazida pelas grandes mineradoras, seu perímetro urbano se estende de maneira descontrolada, ocasionando, neste contexto, a criação de bairros não planejados e a favelização de certas comunidades.

É a partir deste contexto de crescimento desordenado do espaço urbano, na segunda metade do século XX, entre os anos de 1970, que surge o bairro Santo Antônio. Este bairro se caracteriza por uma situação de extrema pobreza de seus habitantes e sofre com muitos problemas. A presença mínima dos serviços prestados pelo Estado é uma realidade naquele local e problemas – tráfico de drogas, ausência de saneamento básico, falta de abastecimento de água, ausência da polícia, assistência médica nula e, principalmente, educação desestruturada – são diagnosticados naquela comunidade.

A partir deste contexto de abandono dos poderes públicos para com o bairro Santo Antônio, surge a necessidade do estudo da principal esfera transformadora que, naquele espaço, é negligenciada: a educação.

Com base na bibliografia sobre a precarização do ensino público básico após a década de 1990 e na experiência de estágio vivida entre o final de 2012 e o início de 2013, na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, um estudo será traçado aliando pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro e as causas da marginalização do espaço escolar naquela comunidade.

Este estudo pretende, a partir da análise de vários fatores, tentar entender as causas da desestruturação do Ensino Básico naquele contexto. Aqui, tentaremos verificar o que, no âmbito político nacional, influenciou no sucateamento da escola, e o que, no âmbito político

local, contribuiu para a marginalização do bairro Santo Antônio e, conseqüentemente, para a situação complicada da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*.

## **Capítulo I - Introdução à configuração histórica do bairro Santo Antônio**

O bairro Santo Antônio – ou Prainha, como é conhecido na cidade de Mariana – se caracteriza por uma formação histórica distinta. Diferentemente dos outros bairros que o circundam, como Rosário, São Gonçalo e Centro, o bairro Santo Antônio não possui características da arquitetura típica do século XVIII em suas casas e sua configuração urbana difere totalmente das construções barrocas encontradas no centro da cidade.

Entretanto, mesmo sem as características do Centro Histórico, o bairro Santo Antônio mantém ligações com a história de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, principalmente no que tange à questão da extração do ouro. Seria um engano, contudo, acreditar que as características do bairro, como se encontram nos dias atuais, têm relações diretas com a exploração do ouro, que ocorreu no século XVIII.

Constata-se que esta relação existe, porém esta não se dá de forma automática, conforme imaginamos ao primeiro contato. Com base nas pesquisas de campo, na bibliografia e na leitura documental, afirmamos que o processo de ocupação daquela comunidade se relaciona muito mais com a atividade mineradora do ferro (FISCHER, 1993) – que teve a exploração de caráter industrial iniciada por volta da segunda metade do século XX – do que com a atividade mineradora do ouro, iniciada no início do século XVIII.

Coloca-se esta desconstrução, logo de início, devido ao fato de aquela região abrigar uma das primeiras construções religiosas de Minas Gerais, a Capela de Santo Antônio, cuja fundação data, aproximadamente, do final do século XVII, além de, equivocadamente, relações serem estabelecidas entre a comunidade que ali vive nos dias atuais e a Capela (Tedeschi, Oliveira & Sena, 2006).

Esta desconstrução se faz necessária, pois a falta de pesquisa e os ‘achismos’ que circundam nos falares dos guias turísticos em Mariana, muitas vezes, apontam para uma relação ‘direta’ entre aquela comunidade e o que foi a extração do ouro no século XVIII. Afirma-se que a relação existe, mas não é automática como imaginamos à primeira vista, ou seja, essa relação não se caracteriza como uma herança direta. Imaginar aquela comunidade, ali instalada, como fruto dos primeiros ocupantes daquele espaço no século XVIII é um

equivoco, pois estaríamos esquecendo os mais de 300 anos de transformação do espaço e dos movimentos migracionais nesta região. Observemos como Souza Júnior (2003, p. 57) expõe esse processo:

Quase tão rápida quanto a ocupação do centro urbano da cidade, foi sua desocupação. A crise do ouro leva parte da população da cidade a trocar a vida urbana pela vida rural. Inúmeros donos de lavras de ouro vão buscar outras searas para investirem o acumulado com a extração do metal.

Dessa forma, pensar de maneira imediata é altamente precipitado, pois, adotando-se essa chave de leitura do referido espaço, estamos abandonando séculos e séculos de transformações.

A relação existente entre o bairro Santo Antônio e a atividade do ouro se configura de maneira não linear, diacrônica. Esta diacronia existe pelo fato de as pessoas que ali residem, em sua maioria, terem começado a ocupar aquele espaço expressivamente no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, além de serem naturais de outras localidades. E atentemos: quando falamos em ‘localidades’, muito cuidado deve-se tomar, principalmente pelo fato de aquele bairro abrigar, atualmente, pessoas provenientes de outras áreas de Mariana, como os distritos longínquos do Centro Histórico, e de outras cidades do Brasil e de Minas Gerais. Souza Júnior (2003, p. 68) explica, em sua Dissertação, o perfil migracional dos moradores de bairro das periferias de Mariana:

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada "cidade nova" e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “prainhas”. Esses bairros, bastante insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelísticas muito comuns na região. De acordo com pesquisa anterior (Souza Júnior, 2000), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (Prainha), têm sua população formada quase que em sua maioria por pessoas vindas da zona rural ou de pequenos municípios da região, 59 e 60%, respectivamente. Nesses bairros, os números quanto a renda, violência e escolaridade também não são favoráveis.

Reafirmando: acreditar que aquela comunidade, ali instalada, tenha relação direta com as primeiras lavras auríferas do século XVIII é um equivoco. Acredita-se que, para melhor análise do bairro, duas vertentes de interpretação devem ser tomadas. A primeira vertente, com base na análise do lugar, configura-se como recorte espacial; a outra vertente tem um

viés sociológico, na medida em que se baseia no ciclo migratório dos moradores presentes naquele espaço.

### **1.0 O espaço do bairro Santo Antônio como uma problemática**

Analisando-se o espaço onde a comunidade do bairro Santo Antônio está situada, primeiramente constatamos uma ocupação do espaço não planejada (Souza Júnior, 2003). A área onde se situa o bairro, que se caracteriza por ser uma área de constantes alagamentos, não se mostra propícia para moradia de pessoas e nem para um conforto mínimo de vivência (Sobreira, 2001).

Esgoto a céu aberto e múltiplos problemas de urbanização são encontrados naquele contexto. Vale lembrar que aquela área, durante muitos anos dos séculos XIX e XX, foi explorada pela Companhia da Mina da Passagem sob maquinário pesado, com utilização de dragas e tratores, o que ocasionou boa parte da transformação geomorfológica do espaço.

Em razão desta expressiva transformação do espaço, ocasionada pela extração ‘industrial’ do ouro nos séculos XIX e XX, a área onde se situa o bairro hoje lembra as características de uma área litorânea ou de ‘praia’, justificando então a outra designação para o bairro, também chamado popularmente de Prainha.

De acordo com FISCHER (1993), as transformações advindas da exploração industrial do ouro naquela região foram determinantes para a configuração atual do espaço. Hoje, vale ressaltar que a exploração do ouro que caracterizou parte do século XIX e início do século XX difere totalmente da exploração que caracterizou o século XVIII, nesta área analisada.

A exploração do ouro, na região que hoje conhecemos como bairro Santo Antônio, no século XVIII, se caracterizou essencialmente pela mão de obra escrava, com técnicas variadas, mas sem a utilização de maquinário pesado. Deve-se atentar à questão da atividade extrativista do século XIX pelo fato de esta ter sido mais ‘agressiva’ ao meio ambiente, no que tange à questão geomorfológica do espaço.

Além da atividade extrativista do ouro, que perpassou vários séculos de modificação estrutural naquele perímetro, existem as intempéries naturais, que são características daquele espaço. Ou seja, são independentes de qualquer atividade antrópica.

Vale ressaltar que o bairro Santo Antônio está inserido em planície aluvial; sendo assim, corre riscos de inundações e outros problemas advindos das cheias do Ribeirão do Carmo (Sobreira, 2001).

A questão geográfica do bairro é importantíssima para um entendimento conjunto da sua história. Suas características atuais nos provam o que representaram anos e anos de descaso do poder público no que concerne ao gerenciamento daquela região. O bairro Santo Antônio se configura como um documento a céu aberto e, para todos os ângulos em que é fixada sua análise, novas conclusões e problemáticas são levantadas.

### **1.1. Vertente interpretativa das correntes migracionais**

Começamos nossa colocação atentando para a importância do estudo dos movimentos migracionais para aquela região, devido ao fato de estes estarem diretamente ligados à atividade econômica da extração do ferro e indiretamente ligados à atividade econômica da extração do ouro.

Para um melhor entendimento dos fluxos de pessoas na região das minas, ao longo da história, e mais precisamente em Mariana, onde está situado o bairro Santo Antônio, é necessária a classificação de dois tipos distintos de ciclos migracionais. Partindo-se do recorte espacial analisado, o bairro Santo Antônio, precisamos fazer o recuo na história para o entendimento daquele espaço hoje.

Analisando-se primeiramente a dinâmica do ciclo do ouro no século XVIII, encontramos, neste período, o primeiro movimento de pessoas em massa para estas regiões auríferas (Antonil, 1982). Atraídos de todas as partes do mundo, pessoas vieram em busca do metal precioso com o fim do enriquecimento, além da acumulação. Os rumores que corriam por todo o Brasil contavam que o metal se apresentava em abundância pelas minas e, assim, atraíram milhares de pessoas para a ocupação deste espaço (Antonil, 1982).

Vale ressaltar também que a exploração rudimentar do ouro, sem a utilização de maquinário pesado e caracterizado pela mão de obra escrava, teve, durante o século XVIII, seu ápice; durante o século XIX, havia a exploração do ouro ainda, mas a economia das minas caminhava para outra atividade, a agropecuária (Andrade, 1995). Considerando-se a atividade econômica do ouro como a responsável pela primeira corrente migracional para esta região central de Minas Gerais e, mais precisamente, para Mariana e o bairro Santo Antônio, entramos na segunda corrente migracional contemplada por esta análise.

Com a estagnação da economia de Mariana, a qual perdurou durante boa parte do século XIX e a primeira metade do século XX, houve o abandono do perímetro urbano central pela sua população. Nesta época, as pessoas, que se concentravam no que hoje conhecemos como Centro Histórico, abandonaram o perímetro urbano na busca de melhores condições de vida. Muitas são as causas para este esvaziamento do centro no período citado, mas a causa principal foi a escassez do ouro na região, além da mudança da característica econômica das minas, que caminhava para a agropecuária (Andrade, 1997). É importante salientar que este ‘abandono’ não foi adotado por toda a população que residia, à época, em Mariana, sendo considerável a quantidade de famílias que conseguiu resistir e sobreviver nesta localidade, configurando, assim, um contingente importante, ainda que tímido, de pessoas residindo neste perímetro urbano (Fischer, 1993).

Quando o progresso retorna à Mariana, traz consigo consequências avassaladoras para o cotidiano da cidade. Após anos de estagnação econômica e calmaria, na segunda metade do século XX, um novo ciclo de riqueza na região se inicia, como podemos constatar em Souza Júnior (2013, p. 62):

A partir da década de 1960, chegam as primeiras mineradoras na cidade, causando um processo de urbanização jamais sonhado nas melancólicas décadas anteriores. A sede do município que, nos anos de 1960 contava com menos de sete mil habitantes, termina o século com mais de trinta e cinco mil.

A atividade ainda é da mineração, mas esta apresenta características totalmente distintas das que perpassaram os séculos XVIII, XIX e a primeira metade do século XX. O minério que se torna a fonte da riqueza agora é o ferro e o perfil de extração deste minério é totalmente diferente do que foi a extração do ouro nos séculos anteriores. Agora, muitas indústrias de extração mineral se instalam na cidade, modificando todo o cotidiano provinciano que reinara em Mariana desde a escassez do ouro.

Juntamente à chegada deste novo ciclo de mineração, que tem por finalidade alimentar a indústria siderúrgica e a exportação de matéria-prima, muitos problemas chegaram também para a população de Mariana.

A cidade se tornou um grande destino de pessoas de todas as localidades do Brasil. O ciclo do ferro incentivou a migração interna de Mariana, trazendo pessoas que moravam nos distritos longínquos para o centro. Incentivou-se também a migração de outras pessoas das

idades do Quadrilátero Ferrífero e de pessoas de todos os cantos do Brasil. Em número mais reduzido, havia também os estudantes do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, que trazia um corpo bem menor de migrantes para a região (Fisher, 1993).

A mineração do ferro incentivou a migração para esta região na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960. Mariana não dispunha de estrutura física e econômica para absorver todo este corpo migracional, que se deslocara para a cidade. Boa parte dos bairros considerados de periferia, hoje em Mariana, são produtos de todo este progresso desgovernado. O bairro Santo Antônio se insere neste contexto como produto do crescimento não planejado da cidade. Vale ressaltar que todo cidadão tem direito de buscar melhores condições de vida e, assim, se deslocar para os locais onde as rendas estão circulando; entretanto, se todo este fluxo de pessoas se tornar incontrolável, problemas podem aparecer, comprometendo todo o resto da comunidade local. Fica bem claro este aspecto do crescimento desordenado de Mariana, propiciado pelas mineradoras:

As companhias mineradoras trazem consigo muito mais que operários e suas famílias, trazem novas idéias, novas visões, novos problemas sociais, que logo vão contrastar com o jeito de viver e as idéias da população estabelecida na cidade. O tão esperado desenvolvimento veio, mas não com shoppings e grandes magazines. Porém ele trouxe a instabilidade, a fugacidade e a incerteza (Op. Cit. p. 67).

A cidade de Mariana, que está situada dentro de uma formação topográfica chamada mares de morro, *a priori* não constitui um espaço propício para a ocupação humana, se formos compará-la com outras cidades, devido ao seu terreno acidentado. Essa característica física, neste espaço, propicia uma ocupação humana, na maioria das vezes, de risco iminente (Sobreira, 2001).

O risco de deslizamento de terras, as enchentes e os problemas advindos das características do terreno são altos (Sobreira, 2001). A cidade emergiu devido ao ouro em abundância encontrado no século XVIII; observe-se que, se não houvesse este fator determinante, seria pouco provável uma ocupação em massa nesta região.

Esta característica de terreno acidentado é chave para a compreensão da história do local e da configuração de ocupação, hoje, no terreno em Mariana, principalmente para

compreendermos a questão do espaço onde está situado o bairro Santo Antônio. Vale lembrar que o posicionamento do bairro, que se localiza a menos de 500 metros do centro, é um fator interessante de análise. Assim, mesmo tão próximo do centro, o estigma de bairro periférico lhe é atribuído. Souza Júnior (2003, p. 77) discorre a respeito da hierarquização dos espaços em Mariana-MG e vale a pena mostrar um trecho de sua Dissertação acerca desse tema:

[...] a segregação dos lugares da cidade não se dá apenas no meio da população forasteira, a população do centro desconhece bairros populares que ficam a menos de meio quilometro do centro da cidade, como é caso do bairro “prainha”, um dos mais pobres da cidade. Ir ao bairro é um verdadeiro tabu na cidade.

A extração do minério de ferro foi o carro-chefe deste crescimento desordenado do espaço; porém, não podemos atribuir este inchaço da malha urbana somente a este aspecto. Outro fator que se deve levar em conta para a compreensão do espaço urbano marianense e, assim, entendermos o contexto específico do bairro Santo Antônio é o fator político local.

## **1.2 O fator político local e suas relações com a ocupação do espaço urbano**

A partir de um primeiro contato com a cidade de Mariana, sem o olhar treinado para averiguar o espaço sob outra perspectiva, percebemos suas características marcantes no Centro Histórico e suas construções totalmente diferentes do período colonial, nos bairros mais afastados.

Olhando o espaço com mais cuidado e respaldado pelo conhecimento prévio do que foi a história econômica da região, já podemos tirar algumas conclusões logo de início. As construções – na sua maioria, de carácter habitacional – dos bairros periféricos de Mariana contêm características evidentes de não provirem de um plano diretor (Fisher, 1993).

As estruturas parecem acompanhar, geralmente, o nível econômico de seus proprietários. O acabamento precário e as estruturas tortas, na maioria das vezes, mostram uma urbanização apressada e apontam para a falta de zelo do Estado em relação ao acompanhamento das construções (Fisher, 1993).

Entender a dinâmica da urbanização em Mariana é chave para a compreensão do bairro Santo Antônio. O bairro, que começou a ser ocupado massivamente a partir do final da década de 1970, tem características comuns a outros bairros considerados periféricos de Mariana (Souza Júnior, 2003).

Os bairros Cabanas, Colina, Santo Antônio, Vila do Carmo e Alto do Rosário foram criados a partir da política de desapropriação de terras da Companhia da Mina da Passagem, efetuada no mandato do Prefeito João Ramos Filho, que permaneceu muitos anos no poder.

João Ramos Filho é considerado pela bibliografia e pelos habitantes locais como o grande personagem nessa questão da ocupação desordenada do espaço urbano marianense. Seu mandato foi chave para o inchaço não planejado da malha urbana.

Mônica Fischer, em sua Dissertação “Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso”, de 1993, entrevistou um dos ex-prefeitos após o mandato de João Ramos Filho, Cássio Brigoline Neme, sobre o perfil do mandato de João Ramos Filho que, em entrevista, fez a seguinte declaração:

Nós nos últimos vinte anos, ou melhor, nos últimos dez, com a vinda das mineradoras, Mariana progrediu muito, muito mesmo. Mariana era uma cidade pequenininha, sabe, Mariana cresceu demais da conta! Então eu acho que seria melhor agora a gente ver o que pode fazer para continuar o progresso, pra Mariana progredir bastante. Em algumas preocupações nossas como o Distrito Industrial, mini Shopping (...) o departamento de agropecuária, pra gente incentivar a produção e a comercialização na cidade, que eu acho que é aí é que está à base do progresso (...) O João trabalhou muito por Mariana, sabe, mas eu acho que faltou da parte dele a confecção de um Plano Diretor, o que nós estávamos querendo agora é ouvir mais o público, porque ele fez muito (...) de acordo só com ele. Era que ele mandava sozinho e pronto. Então vieram os problemas que nós já comentamos aqui, durante nossa conversa, por exemplo, a localização do Ginásio Poliesportivo, a provocação do êxodo rural, mas, honra seja ele trabalhou bastante pró Mariana (...) Uma das coisas que levou ao êxodo rural de Mariana, foi a distribuição gratuita de lotes pela prefeitura. Então o pessoal veio na ilusão de que teria uma vida fácil em Mariana (...) muitos deles já desiludiram, alguns já voltaram pro campo. Não tem como incentivar esse pessoal a voltar hoje, mas pelo menos eu tenho como incentivar os que estão lá a ficar, a gente vai tentar dar esse apoio. (p.74)

O fator da política marianense é chave também para a compreensão do espaço e dos seus bairros de periferia, principalmente do bairro Santo Antônio. Atribuir um juízo de valor aqui, neste trabalho monográfico, a respeito da época em que João Ramos Filho permaneceu no poder não é a intenção, mas apontar as críticas cabíveis é uma das propostas deste trabalho.

Para pensarmos a lógica das desapropriações de terrenos (ver Anexos), no governo de João Ramos Filho, precisamos entender como funciona a lógica eleitoreira do nosso sistema democrático. As práticas corruptivas são comuns na maioria dos municípios brasileiros e, em Mariana, não seria diferente. O sujeito, quando está no poder, se mantém a partir de sua rede de barganhas com a população. Um favor é concedido por parte do político e o voto é cedido

pela população, quando este favor é realizado. Entretanto, o caso de Mariana deve ser analisado com mais detalhes.

Se analisarmos as dimensões da propriedade pertencente à Companhia da Mina da Passagem, veremos como uma grande fatia do terreno, que circunda Mariana, é de propriedade de um número mínimo de pessoas. Ao olhar a política das desapropriações de João Ramos Filho, podemos enxergar esta temática com outros olhos. Mesmo que de maneira ‘torta’, não seria uma prática de distribuição do espaço o que João Ramos Filho fez em seu mandato, ao conceder lotes para os moradores? Claro que o favor político e as relações clientelistas devem ser ponderados, mas, ao analisar com outros olhos, este fator deve ser reconhecido.

A questão do estigma atribuído ao bairro Santo Antônio pode estar diretamente ligada ao contexto em que o bairro emergiu. Uma população já tradicional, diretamente ligada à elite que reside no Centro Histórico, não se sentiria à vontade com uma população majoritariamente negra e advinda dos distritos usufruindo as vantagens da cidade. Como já foi exposto, o bairro Santo Antônio carrega um grande estigma, um grande preconceito por parte da população marianense que não reside lá, principalmente dos já referidos moradores ligados à elite, que residem no centro. No próximo capítulo, desenvolveremos a questão do preconceito que o bairro sofre e seus reflexos evidenciados na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*. Agora, depois de uma breve configuração histórica do bairro, entraremos a fundo na questão da marginalidade evidenciada durante a experiência de estágio.

## **Capítulo II - Problematizando a Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, dentro do contexto do bairro Santo Antônio**

Neste segundo capítulo do trabalho, verificaremos as possíveis consequências que a Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* (EMWPF) sofre, a partir de seu contexto. Para pensarmos o contexto da escola, é preciso compreender o local em que esta instituição escolar está inserida.

Conforme já foi exposto no capítulo anterior, sabe-se da história da ocupação daquela comunidade naquele espaço; agora, é preciso entender os dias atuais daquele meio. Quando nos referimos ao meio, a problemática em questão é a situação da escola juntamente com a situação do bairro.

No desenrolar do capítulo 2, serão cotejadas as relações de estigma que permanecem na escola e na comunidade. Acreditamos que a dinâmica do cotidiano da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* é diretamente relacionada com a situação de marginalidade encontrada no bairro Santo Antônio.

Vale ressaltar que o conceito de ‘marginalidade’ empregado neste trabalho se refere ao contexto de abandono em que o bairro se encontra. Marginalidade se refere a estar à margem de algo. E, neste contexto, o bairro Santo Antônio e a EMWPF estariam à margem da sociedade marianense, por causa da sua realidade e da situação de precariedade dos serviços básicos públicos ali encontrados. Assim, se configura um contexto de ‘abandono’ por parte dos poderes públicos.

O capítulo II girará em torno de três temáticas, que se confundem e se complementam. São temáticas que, *a priori*, não poderiam ser analisadas separadamente, mas aqui trabalharemos para que cada temática tenha um entendimento individual, de modo que, ao final, possam ser relacionadas entre si. É sabido que violência não se discute sem se falar de

preconceito e problemas estruturais, pois estes são aspectos que contribuem para que estigmas e ‘violências’ se perpetuem.

Primeiramente, trataremos do ‘estigma’ que o bairro Santo Antônio sofre perante a sociedade marianense. Como tratado no capítulo anterior, a história da ocupação daquele bairro está diretamente ligada a um contexto de barganhas políticas eleitoreiras, assim como ocorre com outros bairros periféricos de Mariana; tais barganhas nunca foram compreendidas – ou aceitas – pela população do Centro Histórico, já estabelecida na região (Souza Júnior, 2003). É chave a compreensão deste sentimento que envolve a comunidade marianense, para compreendermos como esse estigma de preconceito prejudica a autoestima e a identidade dos moradores do bairro Santo Antônio.

O segundo aspecto de que trataremos neste capítulo é a questão da violência e das suas múltiplas manifestações. A violência, que está inserida no contexto do bairro e da escola, se manifesta de maneira multifacetada. Neste caso, teremos que compreender violência como algo muito além do que imaginamos, como agressão física ou violência verbal. Será necessária uma chave de leitura diferenciada do conceito, para compreendermos como estas múltiplas violências se manifestam naquele contexto que iremos analisar. A Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* está inserida em um bairro com altos índices de criminalidade e, para compreendermos a situação da escola, é preciso compreender a situação do bairro e vice-versa.

O terceiro aspecto que será tratado neste capítulo toca na questão dos problemas estruturais encontrados na escola, durante a experiência de estágio entre o final do ano de 2012 e o início de 2013. Durante esta vivência, foram constatados inúmeros problemas de ordem estrutural e política na escola. Esta experiência nos auxiliará a entendermos como o sentimento de estigma para com o bairro prejudica o funcionamento da escola e nos ajudará a constatar os múltiplas violências encontradas ali naquele meio escolar.

## **2.0 Estigma e Preconceito na comunidade do bairro Santo Antônio**

Para desenvolvermos uma análise sobre o estigma que paira sobre o bairro Santo Antônio, se fez necessária a consulta da Dissertação de Mestrado de Paulo Gracino de Souza Júnior, defendida em 2003, na Universidade do Rio de Janeiro, sobre o movimento neopentecostal em Mariana.

Em sua Dissertação, Souza Júnior pesquisou vários contextos presentes na sociedade marianense. Na medida em que sua Dissertação teve como temática as igrejas da Assembleia de Deus na cidade, seus principais lugares de estudo se concentraram nas regiões periféricas de Mariana, mais especificamente nos bairros Cabanas e Prainha (bairro Santo Antônio).

Tendo, como base, as periferias marianenses, Souza Júnior discorreu a respeito de seus históricos de ocupação para que pudesse adentrar no contexto em que as igrejas neopentecostais foram criadas. Em sua obra, o autor menciona que a ocupação das periferias de Mariana – que circundam o perímetro do Centro Histórico – está diretamente ligada à chegada das mineradoras na região. A configuração histórica do bairro Santo Antônio já foi problematizada e agora outro aspecto em relação ao bairro será trabalhado. Em sua Dissertação, ele explora com maestria a questão do estigma que essas comunidades de periferia sofrem na cidade.

O bairro Santo Antônio, apesar de se situar geograficamente no lugar onde se encontra a igreja mais antiga da cidade, sofre com o preconceito e com o estigma dos outros moradores da cidade. O bairro, que se caracteriza por ter grande parte de sua população negra e mulata, é praticamente esquecido por parte das autoridades.

Inúmeros problemas de infraestrutura são constatados facilmente, em um breve primeiro contato com o bairro. Em uma das pesquisas *in loco*, constatamos o uso de drogas a céu aberto, perto de crianças e idosos. Problemas, como a falta de saneamento básico, policiamento, posto médico e abastecimento de água, e a violência, são parte do cotidiano dos moradores. Dessa forma, as seguintes questões podem ser levantadas: ‘Como um bairro, praticamente a menos de 500 metros do Centro Histórico de Mariana, pode ser tão esquecido pelas autoridades?’; ‘O que leva uma comunidade tão expressiva em contingente populacional, próxima ao centro administrativo da cidade, a ser tão marginalizada?’. É a partir destas questões que tentamos entender o motivo de tamanho descaso por parte da política local, além de verificar se o estigma imposto pelo resto da cidade sobre o bairro influencia ou não na marginalidade do mesmo.

Como o bairro Santo Antônio está diretamente ligado ao corpo migracional advindo das mineradoras após a segunda metade do século XX (Souza Júnior, 2003), temos um ponto que pode nos auxiliar na questão do estigma sofrido pelo bairro. Souza Júnior (2003, p.73)

expõe acerca de como a população, já estabelecida em sua maioria no Centro Histórico de Mariana, olharia para estes ‘estrangeiros’ que visariam a participar da cidade:

A população tradicional, estabelecida há algumas gerações no centro histórico, logo cunha termos para classificar a nova realidade social vivida pela cidade: “cidade nova” e “cidade velha” “prainhas” “cabanas”; “morador da cidade”, “trabalhadores da Vale” e “gente de fora”, são termos que se tornam hegemônicos na descrição espacial da cidade.

O estigma sofrido pelo bairro provém desde a época de sua ocupação naquela localidade, pois, como a bibliografia nos mostra, a maioria da população que compõe os bairros periféricos de Mariana e, em específico, o bairro Santo Antônio, veio das zonas rurais, na esperança de conseguir melhores condições de vida. Temos aí dois grupos na cidade, sendo um destes os estabelecidos, que, na sua maioria, residem no Centro Histórico e detêm a influência política e social sobre a cidade. Quanto ao outro grupo, Souza Júnior (2003, p. 71) aponta:

No outro extremo, temos o grupo constituído por segmentos populacionais vindos, em sua maioria, da zona rural, ou de pequenas cidades das cercanias do próprio município, atraídos pela possibilidade de conseguir empregos ou pela esperança de obter um lote. Este grupo apresenta um poder aquisitivo muito baixo, constituindo-se no mais significativo, numericamente, na cidade.

Vale ressaltar que o estigma sofrido pelo bairro Santo Antônio, nos dias atuais, faz lembrar que aquela população não é bem vista pelo resto de Mariana, como se o abandono das autoridades na comunidade fosse fruto de uma acomodação. O descaso com que aquela comunidade é tratada, muitas vezes, se mostra como se esta não fosse formada por marianenses, mas por pessoas de outros lugares, como uma questão alheia, que não cabe à administração da cidade. Muitos são os problemas estruturais na cidade de Mariana, mas aquela comunidade não detém nem o mínimo necessário para a vida digna de seus moradores.

O bairro Santo Antônio se apresenta para a elite marianense como se fosse um subproduto do progresso que atingiu Mariana após a década de 1960. Pela constituição atual do bairro, podemos perceber que ‘marginalidade’ é o mais adequado conceito que o pode definir. É uma comunidade que está à margem da dignidade mínima para se viver, está à margem do cuidado das autoridades e está à margem geográfica do centro marianense, mesmo estando tão perto da prefeitura da cidade.

O que define bem a questão do abandono daquela comunidade é referente às medidas ‘higienistas’, que foram tomadas por parte da população ‘tradicional’ da cidade de Mariana, como aponta Souza Júnior (2003, p. 68) em:

Depois de passada a “febre do progresso”, a população “tradicional” da cidade, volta-se para um projeto higienista, que visa civilizar, ou se possível extirpar esse excedente populacional indesejável à “harmonia barroca” da cidade. Foram várias as tentativas e projetos de se remover do município a população migrada e sem emprego.

A marginalização do bairro Santo Antônio parece ser, muitas vezes, como um projeto político acomodado, como se o bairro tivesse de viver conforme uma dinâmica própria, alheio à cidade. Se pegarmos, como exemplos, os outros espaços de Mariana, não será constatado um abandono tão evidente como o desse bairro. É como se a comunidade residente naquele espaço fosse vista como estrangeira perante a elite sociopolítica de Mariana. É como se esta comunidade servisse apenas para fins específicos de subserviência, como, por exemplo, em épocas eleitoreiras, ser requisitada para ocupar os serviços de baixa qualificação de mão de obra. Souza Júnior (2003, p. 72) mostra em sua obra como a elite marianense se imagina perante essas populações carentes advindas das zonas rurais de Mariana e região:

A “boa sociedade” se ancora a uma auto-imagem construída sobre uma possível ascendência nobre dos tempos coloniais e dos seus antepassados ricos fidalgos, em que Mariana era a grande cidade da Capitania das Minas Gerais. Enquanto isso, a população forasteira não passa de mera intrusa, pessoas sem cultura, de hábitos rudes e pouco afeitas ao trabalho. Tal como seus antepassados, a missão dos estabelecidos, dos “cidadãos de bem”, é apartar-lhes à cidade ou, quando muito, domesticar-lhes.

Concluindo: o estigma que os bairros periféricos de Mariana carregam – no nosso caso, o bairro Santo Antônio –, serve para compreendermos os anos e anos de descuido da esfera política para com estas comunidades. Este aspecto deve ser evidenciado, pois, quando a análise sobre a Escola *Wilson Pimenta Ferreira* for traçada, tal estigma será a chave para a compreensão dos muitos problemas que ali existem, na instituição escolar.

## **2.1 A Violência multifacetada presente no bairro Santo Antônio e na EMWPF**

A escola que teve sua criação na primeira metade dos anos 1990 (Ver anexo), não conseguiu desenvolver o papel transformador que, *a priori*, deveria ter sido feito ao longo destes 20 anos de atuação na comunidade. Com duas décadas de existência, a escola continua

com sérios problemas de estrutura. Constatamos que o papel da escola, naquela comunidade, pode ter outras funções, de forma inconsciente, e que, muitas vezes, nem passam pela desconfiança de seus componentes. Questões que foram levantadas durante a pesquisa foram: ‘Por trás deste descaso público, para com a escola, não se esconde um projeto de perpetuação da miséria naquele contexto?’ e ‘A criação da escola em fevereiro de 1994 (ver Anexo II) serviu para segregar o filho do proletariado na favela ou serviu para atender a demanda da comunidade?’. São questionamentos pertinentes para pensarmos para quê e para quem aquela escola serve.

É interessante problematizar, também, que a situação na escola nos dias atuais não é apenas de responsabilidade de um determinado elemento. Por mais que o estigma enraizado na comunidade tenha um peso significativo na sua marginalidade, principalmente por meio do poder municipal local, é interessante mostrar que as políticas tomadas no âmbito nacional dos anos 1990 tiveram sua parcela de culpa no sucateamento do Ensino Básico público, não sendo diferente no nosso estudo de caso aqui. Os anos 1990, que foram fortemente marcados pelas políticas públicas neoliberais, deixaram sua herança na contemporaneidade, sendo que, nos principais setores de administração do Estado, sentimos suas consequências, como é o caso da educação (Hermida, 2006). Com a reforma do Estado Brasileiro e suas respectivas terceirizações, enxugamento de funcionários e minimização de suas atribuições, vimos como o governo dos anos 1990 encarava seu posicionamento perante os setores da sociedade. Em suas segmentações, era possível perceber como o Estado ficava cada vez mais sob a influência do capital privado e se desresponsabilizava de algumas ações.

A legitimação do capital perante a sociedade orientou não somente as ações do cidadão comum, indivíduo, mas em muitos casos foi projeto político de muitos governos. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi extremamente decisivo para o sucateamento do ensino público básico. Acreditou-se, durante seu projeto de governo pautado nas privatizações, que a educação de qualidade deveria ser responsabilidade da esfera privada, na tentativa de enxugar a participação efetiva do Estado nas escolas públicas; estabeleceu-se o modelo de ‘gestão escolar’, baseado em rendimentos quantitativos; criaram-se sistemas de avaliação de rendimento escolar, bonificações por produção e resultados, e investimento pesado em escolas técnicas.

Com a legitimação da economia de mercado nas políticas públicas tomadas nos anos 1990, percebemos como todas as esferas do Estado estiveram funcionando sob a lógica do capital naquela década. E a esfera responsável pela formação do cidadão, a escola, cada vez

mais vem se arruinando. A Escola *Wilson Pimenta Ferreira* é a prova de que estas políticas não beneficiaram o ensino público básico de qualidade, mas, pelo contrário, só corroboraram para seu declínio.

É importante afirmar, aqui, que a situação de abandono da Escola *Wilson Pimenta Ferreira* advém de múltiplos fatores. Embora o fator sócio-histórico local tenha peso considerável no seu sucateamento, não podemos deixar de lado a influência das políticas nacionais, principalmente as tomadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, durante seus dois mandatos consecutivos (1995-2003). A bibliografia acerca das medidas implementadas no governo neoliberal de FHC não diverge quanto à opinião do sucateamento do Ensino Básico público no Brasil. O modo como foram encaradas as políticas para o âmbito educacional, neste período, praticamente ‘preparou’ uma situação de sucateamento futura. Vale ressaltar que o governo nesta época conseguiu controlar a inflação e organizar alguns setores da sociedade, mas o modo como foi tratado o setor educacional fundou as bases para uma educação caótica hoje.

O neoliberalismo, que consiste em querer ‘dinamizar’ certos setores da sociedade, procura ao máximo enxugar a participação do Estado. Crê que a burocracia ‘atrasa’, de certa forma, o progresso do país. E acredita que o mercado se autorregula com base na competição dos preços e serviços. Teoricamente, este modo de se pensarem medidas políticas, *a priori*, funcionariam em uma empresa que tem como um fim a competição no mercado. Porém, a escola não é o lugar de se implementarem estas medidas político-filosóficas. A escola não é empresa e nem fábrica para se submeter a metas e compromissos de produção, seja qual for a escola. Cada componente na escola provém de um contexto e uma situação. Acreditar que haja homogeneidade dentro de um contexto totalmente heterogêneo, que é o meio escolar, é querer que o projeto educacional vá à falência. A educação não é mercadoria, ou seja, as medidas que se implementam para salvar empresas e dinamizar o mercado não são cabíveis no contexto da escola (Mészáros, 2008). O grande erro, ou projeto, do governo Fernando Henrique Cardoso foi acreditar que a educação funcionaria como os outros setores de seu governo.

Outro aspecto que se insere na questão da desestruturação do Ensino Básico público – e que ficou evidenciado na experiência de estágio na escola – é o currículo básico. O Estado reproduz o conhecimento para os alunos voltado para a perpetuação do sistema capitalista e não se compromete para uma educação libertária e emancipadora. É como se houvesse um

projeto por trás da perpetuação da situação de desigualdade. Não há comprometimento por parte do Estado em desenvolver um senso crítico nos alunos, em uma proposta de mundo que não seja a capitalista. O ensino é sempre voltado para que o final do processo seja o mercado do trabalho (Frigotto, 1995). Dessa forma, mantém-se o esquema de marginalização, no sentido de não participação, de não exercício da cidadania.

A situação do bairro Santo Antônio, juntamente com a escola, lembra imediatamente a situação que a classe trabalhadora na Inglaterra passou no século XIX. É impossível não traçar semelhanças entre a classe trabalhadora inglesa e seu contexto de marginalização com a situação que vivem o bairro Santo Antônio e a Escola *Wilson Pimenta Ferreira*. Embora muitos anos separem os dois contextos históricos e os respectivos fatores socioeconômicos sejam distintos, a relação de opressor e oprimido é ainda encontrada.

Friedrich Engels, em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, mostra a realidade de abandono que o proletariado inglês viveu nas periferias dos grandes centros econômicos da Inglaterra; nessa obra, ele ainda explora a questão da desigualdade inserida neste contexto de luta de classes, enfatiza a questão da pobreza absoluta vivida entre os trabalhadores e o luxo na vida dos donos dos meios de produção (Engels, 2008). Se traçarmos uma relação com o contexto do bairro Santo Antônio e da Escola *Wilson Pimenta Ferreira*, vemos que a desigualdade social é semelhante à da classe operária inglesa. Os trabalhadores que residem no bairro Santo Antônio não participam do progresso que, *a priori*, as mineradoras deveriam ter oferecido. Os filhos dos trabalhadores não participam de uma educação de qualidade na Escola *Wilson Pimenta Ferreira*. Suas moradias estão sempre em condições de risco por conta das irregularidades estruturais do bairro. A segurança é pífia, pois o bairro está tomado pelo tráfico de drogas, ou seja, o trabalhador das mineradoras, além de sofrer com os altos índices de risco em seu trabalho e com metas abusivas de produção, não tem um lugar digno para seu repouso e nem dispõe de uma educação digna para seus filhos.

Estes dois contextos salientados nos parágrafos acima, Inglaterra do século XIX e interior de Minas Gerais, Mariana do século XXI, de início podem parecer distantes, mas muitas semelhanças são encontradas. Estes dois contextos estão inseridos em locais de grande fluxo de produção de riqueza e desigualdades sociais discrepantes, cada um no seu contexto e época. Hoje, presenciamos no bairro Santo Antônio, marginalizado pelo Estado, os trabalhadores das mineradoras; no século XIX, na Inglaterra, eram os operários das fábricas

os esquecidos. Essa segregação de classes é evidente em Mariana. Enquanto os engenheiros e funcionários do alto escalão das mineradoras residem nos bairros planejados e nobres da cidade, o proletário é segregado nas periferias. Enquanto o filho do proletário pode somente acessar a educação pública paupérrima de Mariana, como é o caso da Escola *Wilson Pimenta Ferreira*, os descendentes dos altos funcionários frequentam escolas particulares.

A periferização da classe trabalhadora é um fenômeno mundial: os lugares ermos são delegados às pessoas de nível econômico inferior e os grandes centros estruturados servem de base para a elite. Essa chave de leitura dos espaços pode ser aplicada em vários contextos, desde a análise de grandes centros urbanos até, como é este caso, cidades do interior. Vale ressaltar que a periferização dos espaços se configura como violência simbólica e material; desse modo, o indivíduo, quando é forçado a viver na periferia, por sua condição econômica, vive marginalizado e estigmatizado em relação às populações já estabelecidas no centro.

Sabe-se que a violência configura-se como algo muito além do que conhecemos. A violência pode ter diversas manifestações, ela percorre entre o significado do abstrato e do concreto. Ou seja: pode ser explícita ou velada, sendo ambas deletérias. O conceito está muito além das ideias de agressão e constrangimento que temos em mente quando escutamos a palavra (Moreira, 2012). É necessária a problematização deste conceito, pois a situação em que e a Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* se encontra é, infelizmente, diretamente ligada a esta ‘condição violenta’.

Problematizar a violência, física e simbólica, contida na Escola *Wilson Pimenta Ferreira* sem ponderar a questão da marginalidade encontrada no bairro é traçar uma análise errônea. Muitos estudos que analisam o problema de violência nas escolas, muitas vezes, entram na problematização somente da escola, como se a escola fosse um meio totalmente desvinculado da comunidade em que está localizada. Proponho aqui uma análise conjunta, sem divisões, pois não se pode analisar a dinâmica em que a escola está inserida sem a influência que o bairro sofre.

Com o Estado minimamente presente dentro do contexto do bairro, percebe-se que muitos problemas externos da escola, *a priori*, acabam adentrando o meio escolar da Escola *Wilson Pimenta Ferreira*. Como que os casos de assassinato e violência física não influenciariam o psicológico de um aluno dentro da escola? Como que em um contexto de uso desenfreado de drogas e tráfico possibilitaria um ensino de qualidade? Estes questionamentos

apareceram muitas vezes durante a experiência desenvolvida no estágio, pois, quando foram desenvolvidas as atividades, mesmo que não presenciássemos a violência física, a violência simbólica foi constatada durante toda a experiência (Arroyo, 2007).

Como é evidente a condição socioeconômica dos moradores do bairro Santo Antônio e, por sua vez, dos estudantes da escola *Wilson Pimenta Ferreira*, vemos que não é por acaso a marginalização sofrida naquele contexto. Uma população de maioria proveniente do êxodo rural, com baixíssimo poder aquisitivo nunca seria prioridade, por parte do município, zelar por essa população com afinco. Vale ressaltar que o bairro nasceu a partir da ocupação de muitos operários das mineradoras e é necessário compreendermos que se o bairro fosse ocupado por pessoas de maior poder de consumo, a realidade ali seria totalmente diferente.

É impossível não pensarmos em uma luta de classes presente neste contexto. Muito do descaso do Estado, que é imposto à escola *Wilson Pimenta Ferreira*, vem do cenário em que a escola está inserida. Se a mesma escola estivesse em um bairro ocupado pela sociedade burguesa marianense, é sabido que a situação da escola seria totalmente diferente.

A situação que se encontra na escola é quase uma confirmação do que a classe burguesa marianense propõe para aquele bairro. Abandono e descuido. A escola que deveria ser o local de transformação do aluno naquela comunidade é praticamente esquecida. É como se não houvesse vontade do Estado – no caso marianense, o poder decisório é composto pela burguesia, faz muitos anos – em mudar o *status quo* do lugar. A violência simbólica sofrida na escola parte de cima para baixo, vem da máquina pública municipal para a base da pirâmide, que é composta, em sua maioria, pela população carente. Ou seja, a comunidade que deveria ter mais atenção por parte do município é a mais esquecida.

Outra discussão pertinente para trabalharmos o conceito de violência na escola *Wilson Pimenta Ferreira* é a questão da proposta da escola. Sabemos que o sistema educacional público vive um sucateamento, com problemas de ordem estrutural e, sobretudo de caráter pedagógico. O conteúdo que é passado nas escolas muitas vezes não condiz com a realidade do aluno e não se encaixa nas necessidades que cada contexto pede. Os currículos básicos cada vez mais tendem para os conhecimentos que visam à inserção do alunado na cadeia produtivista capitalista. A escola que deveria ser o local de um conhecimento libertário e emancipador tende cada vez mais para a formação de mão de obra barata, com um fim específico (Mészáros, 2008).

Além de todos os problemas estruturais – que serão abordados no desenrolar do trabalho – dentro da escola, é impossível não tecer críticas sobre o conteúdo que se ensina. Consta-se que há um abismo entre a realidade do aluno inserido naquela comunidade e o que é oferecido como ‘conhecimento’ por parte do Estado. Não é o nosso foco a questão do conteúdo nos currículos básicos nas escolas, mas a crítica, aqui, é cabível, conforme nossa proposta. Além de todos os problemas que a escola Wilson Pimenta Ferreira enfrenta, de ordem estrutural e política, outro pesar que acaba caindo na formação deficitária dos alunos são os conteúdos trabalhados alheios a suas realidades.

A escola Wilson Pimenta Ferreira, hoje, infelizmente cumpre o papel de depósito dos filhos dos proletários das mineradoras. Pelo que foi averiguado na experiência de estágio, nem o mínimo foi constatado para uma educação de qualidade. Esta situação se perdura, pois enquanto a elite marianense pode assegurar uma educação de qualidade para seus filhos, em colégios particulares, a população carente do bairro Santo Antônio se esforça ao máximo para assegurar o básico de sua existência. Este problema abarca boa parte da realidade educacional brasileira, que não se manifesta apenas em Mariana: enquanto o rico pode assegurar grandes quantias de dinheiro para pagar por educação, o pobre é sempre condenado à escola desestruturada. Neste ciclo, sempre a mobilidade social será prejudicada e não será, a partir da educação, que o pobre conseguirá se livrar de sua situação de miséria. Sendo assim, grosso modo exemplificando, os habitantes do bairro Santo Antônio que são estudantes da escola Wilson Pimenta Ferreira estarão condenados a perpetuar a realidade do bairro por muitas gerações. É como se estivessem presos a um contexto sócio-histórico já estabelecido, e não tivessem possibilidades de transformação de seu meio.

Vemos que estigma e violência são conceitos que caminham juntos no bairro Santo Antônio e na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*. A escola, que se configura um microcosmo da comunidade, sofre toda a marginalização que a cidade de Mariana delega ao bairro. Infelizmente, a escola, que deveria ser o local de transformação social daquele espaço, é tão marginalizada quanto os outros serviços públicos. Tendo como base a realidade em que se encontra o bairro, não há como não pensar em um projeto intencional para a perpetuação da pobreza naquele contexto. Outras hipóteses podem ser levantadas, como: ‘A marginalização da escola Wilson Pimenta Ferreira não se configura como uma medida para impedir a mobilidade social no bairro?’ e ‘A elite marianense não estaria interessada em manter aquela realidade para assegurar mão de obra barata e desqualificada?’.

Não há como problematizar a escola sem desvincular do estigma que o bairro carrega. A escola está inserida em um contexto problemático e os meios que deveriam existir para a erradicação destes problemas na comunidade, que são a estruturação da escola e sua organização política, estão prejudicados. Configura-se aí um círculo vicioso. Como a escola é desestruturada, o local de transformação da comunidade não conseguirá obter êxito em sua missão, que é educar.

Com base na experiência de estágio obtida entre o final de 2012 e o início 2013, no próximo tópico serão abordados os desafios encontrados na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*.

## **2.2 A experiência de estágio na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*.**

A experiência de estágio desenvolvida na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, entre o final de 2012 e o início de 2013, se deu de forma incomum. Digo ‘de forma incomum’, porque não tivemos contato em momento algum com alunos. A universidade estava recém-saída de uma greve e as atividades de estágio foram retomadas no período em que os alunos estavam de férias na escola. Nossa turma, que foi coordenada pela Professora Virgínia Buarque Albuquerque, desenvolveu, em parceria com a escola *Wilson Pimenta Ferreira*, oficinas que tinham por objetivo trabalhar os espaços mais carentes de atenção da escola. O meu grupo ficou responsável pela organização da sala de recursos, espaço em que deveriam funcionar os computadores equipados com *internet*.

Tivemos muitos percalços durante nossa atuação na escola. Como ficamos responsáveis pela organização da sala de recursos, em todo momento nossa atuação ficava limitada, por conta da dependência de suporte para efetuar as atividades. Desenvolvemos atividades que foram muito além do esperado e do que tínhamos planejado.

Na primeira vez que adentramos a escola, evidenciamos o tamanho descaso do poder público para com aquele espaço. Uma realidade de abandono evidente. Presenciamos a ocupação de uma família que estava ‘morando’ dentro da escola por conta da irresponsabilidade da prefeitura para com as famílias desabrigadas pelas fortes chuvas que castigaram Mariana, naquele período. Este choque, logo de início, provava que as atividades a serem desenvolvidas por lá seriam um desafio. Em uma escola situada no centro de um bairro carente, uma família residir por conta da irresponsabilidade dos poderes públicos é a prova da marginalização daquele espaço. É a confirmação de que a escola não está ali para seu papel

principal, que é educar e promover a transformação. Logo após o choque pela presença da família que estava residindo na escola, começamos a pôr em prática nosso trabalho.

Ao averiguar a sala que deveria ser, *a priori*, responsável pela inclusão digital dos alunos, outra surpresa foi encontrada. Pilhas e pilhas de material, que não condiziam com a proposta daquele ambiente, se amontoavam de maneira caótica. Além dos computadores que estavam encaixotados, diversos materiais de múltiplas naturezas foram encontrados naquele espaço. Coisas que nada tinham a ver com a proposta do espaço, que era destinado ao ensino de informática e à inclusão digital. Instrumentos musicais de fanfarra, brinquedos, livros, carteiras, uniformes e computadores se apresentavam naquele meio de maneira caótica e desorganizada. O que se constatou de início, ao primeiro contato com o local, é que aquele espaço não estava servindo para o seu papel, aquele espaço estava servindo de depósito de materiais da escola. Tudo em meio à sujeira e à desorganização.

Depois de averiguado o espaço que seria trabalhado, nosso grupo decidiu qual atitude deveríamos tomar quanto àquele espaço que estava praticamente ‘esquecido’ pela escola. A sala que estava se configurando como um verdadeiro caos precisava urgentemente de uma breve organização, pois nem o mínimo dava para se fazer em meio àquela situação. Primeiramente, realocamos todos os itens que estavam fora de seu contexto, que não tinham relação com informática, para outro espaço. Em seguida, fizemos a faxina do local, pois, com a inutilização daquele espaço, muita sujeira e poeira acumularam-se. Depois da limpeza e da realocação dos materiais, começamos a desenvolver as atividades que, aos poucos, iam trazendo de volta o sentido inicial daquele espaço, que era um lugar de conhecimento. Ou seja, um laboratório de informática.

Ao longo das atividades na escola, instalamos os computadores de maneira eficiente no local. Ligamos os computadores de maneira sequencial, para que o espaço fosse mais bem aproveitado. Depois, instalamos os *softwares* para que a sala de informática ficasse adequada ao uso da comunidade escolar.

Durante o tempo de realização das atividades na escola, constatamos os inúmeros desafios de se trabalhar na escola Wilson Pimenta. A rotação dos funcionários da administração da escola foi um dos fatores que mais complicaram o desenvolver dos trabalhos. A instabilidade política municipal da cidade é evidente em muitos setores e o setor educacional não seria diferente. A falta de continuidade nas atividades que começam em

gestões anteriores somada aos fatores de negligência política, trancafiou o caminhar da educação e das escolas na cidade. Esta atividade que relatei, que teve lugar entre final de 2012 e início de 2013, já foi desfeita. Em uma das idas até a escola, à procura de documentação para a confecção desta monografia (segundo semestre de 2014), perguntei sobre a situação da sala de recursos (sala de informática) e uma das funcionárias relatou que a situação está caótica novamente. Ela ainda se recusou a abrir as portas da sala devido à sujeira e à desorganização que tinham voltado a imperar.

Vemos que a situação de caos e desordem na educação básica municipal de Mariana é latente. Mesmo com a ajuda da Universidade Federal de Ouro Preto em diversos convênios com os cursos de licenciatura, os danos causados pela desestruturação da escola de anos e anos não foram amortizados.

## Conclusão

No estudo realizado sobre o sucateamento da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, foi constatado que são inúmeros os fatores que influenciam na desestruturação do Ensino Básico público.

Tais fatores podem ser de origem da política nacional, da política regional recente e, sobretudo, de fatores sócio-históricos do local em que está inserida a escola. No nosso estudo, evidenciamos que o estigma carregado pelo bairro Santo Antônio é um dos principais fatores que corroboram para que a escola dentro daquela comunidade continue sucateada. Mesmo que recorramos aos anos de origem do sucateamento do ensino público, que foram os anos 1990, para explicar o que se encontrou na escola estudada, o peso de sua configuração histórica se mostra mais significativo para uma possível explicação sobre sua situação.

É claro que as medidas neoliberais implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 até 2003) tiveram peso de extrema importância para o sucateamento da educação brasileira, mas pensando em um aspecto mais específico de análise e evidenciando os fatores locais com maior ênfase, a condição sócio-histórica do bairro Santo Antônio teve maior influência na situação averiguada na escola. É impossível traçar um estudo sobre determinada instituição escolar sem levar em conta o contexto em que esta instituição está inserida.

Tentando sistematizar uma linha de raciocínio para uma possível conclusão, vemos que a escola reflete o preconceito que o bairro carrega sobre a cidade. Com base na bibliografia sobre a história recente de Mariana, vemos que o bairro Santo Antônio (ou Prainha, como é chamado pejorativamente), desde seu início, nos anos 1970, nunca foi aceito pela população já estabelecida no centro histórico (elite sociopolítica). Seu contexto de criação, que é diretamente ligado a barganhas políticas do passado, carrega um estigma que lhe traz um título de bairro ‘indesejado’ por grande parte dos setores da elite marianense, lembrando que é esta elite que tem se perpetuado no poder por muitos anos. Sua situação de precariedade, em todos os aspectos evidenciados na pesquisa, reflete um projeto de perpetuação da pobreza naquele local. Consequentemente, a Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* dificilmente sairá da situação de sucateamento, já que a escola se configura como um dos mecanismos de mobilidade social nos dias atuais, o que não parece interessar

aos que preferem a manutenção desse estado geral das coisas, mesmo que extremamente discrepante.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A enxada complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte. Dissertação de mestrado. FAFICH. UFMG, 1995.

ANTONIL, A. J. Cultura e Opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

ARROYO, M. G. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. In.: Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 28, n.100 - Especial (2007) – São Paulo: Cortez: Campinas, CEDES, 1978, p. 787-807.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2008.

FISCHER, Mônica. *Mariana*: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais/UFMG. 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In FRIGOTTO, Gaudêncio: Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

HERMIDA, Jorge Fernando. A Educação na era FHC: Fundamentos filosóficos e políticos. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

MÉSZÁROS, Istvan. A educação para além do capital. São Paulo, Ed. Boitempo, 2005.

MOREIRA, Raquel Ribeiro. A designação de violência em dicionários de língua. Revista fragmentum, N. 33. Laboratório Corpus: UFSM, Abr./ Jun. 2012.

SOBREIRA, F. G. Susceptibilidade a processos geológicos e suas consequências na área urbana de Mariana, MG. Departamento de Geologia da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. [www.degeo.ufop.br/geobr](http://www.degeo.ufop.br/geobr), site acessado em setembro de 2014.

SOUZA JÚNIOR. Paulo Gracino de. “Barracões Barrocos”: memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG. Rio de Janeiro: Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. SENA, Tatiana da Costa. Capela Santo Antônio: Diálogos entre História e Arqueologia (Relatório de Pesquisa). I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto. 2006.

## Anexo I



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 072 DE 29 DE ABRIL DE 1993

" CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO  
PARA EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL '  
OU JUDICIAL "

O Prefeito Municipal de Mariana, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os Srs. RÔMULO NEY CERCEAUX  
E ROLA, PEDRO CESAR DE OLIVEIRA NUNES e OTAVIANO GOMES PEREIRA para comporem a Comissão Especial com a finalidade de promover avaliação das seguintes áreas:

" Uma área de terreno sem benfeitorias, de propriedade de Crispim André Libânio, Francisco Eustáquio, Alzira Jacinto dos Santos, Geraldo André, Antônio André, Maria José de Lima, José Roque Libânio, Geralda Veriana André e Lídia Libânio Silva, medindo 9.322,60 metros quadrados, localizada à Rua 1, Bairro Santo Antônio, nesta Cidade de Mariana-MG, com as seguintes características, limites e confrontações: Esta área inicia-se na Rua 1, fundos da casa de nº 109 da Rua A, e sobe esta numa extensão de 75,40 metros rumo a sudeste até chegar defronte à Rua 9 e daí vira para a esquerda confrontando com a Companhia Minas de Passagem numa extensão de 100,70 metros subindo a vala de divisa antiga rumo ao sul até chegar no altinho e daí vira para a esquerda acompanhando



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

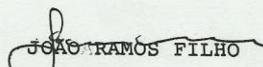
CEP 35.420 - ESTADO DE MINAS GERAIS

a cerca de arame farpado descendo para a grota rumo a leste ' numa extensão de 39,50 metros e dai vira novamente para a esquerda descendo a grota numa extensão de 16,00 metros até ' chegar na cabeceira do brejo e dai sai pelo lado esquerdo da ' grota descendo rumo ao norte numa extensão de 73,00 metros e ' dai vira a direita e desce em direção ao fundo da casa de nº ' 175 da Rua A numa extensão de 36,50 metros rumo nordeste, dai vira novamente para a esquerda passando pelos fundos das ca- ' cas nº 75 ao nº 109 numa extensão de 63,00 metros até chegar ' na Rua 1, ponto de partida. Referido imóvel constitui parte ' do que se encontra registrado às Fls. 89, Livro 2-B, Matrícula nº 681, R-2-681, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Mariana. " .

Art. 2º- Fixa fixado o prazo de 05 ( cin- ' co ) dias para que a Comissão ofereça o seu lado conclusivo ' ao Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor ' na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Mariana, 29 de abril de 1993

  
JOÃO RAMOS FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

## Anexo II



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.109/94

"Autoriza a Criação e Implantação da Escola Municipal - Wilson Pimenta Ferreira".

O Povo do Município de Mariana, por seus representantes legais aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo Municipal autorizado a criar e implantar a ESCOLA MUNICIPAL - WILSON PIMENTA FERREIRA, localizada no Bairro Santo Antônio neste Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes do Art. 1º desta Lei estão consignadas nas verbas próprias do Orçamento Municipal para 1994.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 1994.

Mando portanto, a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se declara.

Mariana, 11 de Abril de 1994.

  
João Ramos Filho  
Prefeito Municipal

## Anexo III



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP35.420-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2077 DE 29 DE MARÇO DE 1995.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE  
DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRENO  
LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARIANA,  
MINAS GERAIS”.

O Prefeito Municipal de Mariana, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 12, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, com a Constituição Federal e Decreto-Lei nº 3365, de 21 de julho de 1941,

DECRETA:

Art.1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, na forma da lei, uma área de terreno de propriedade da CMP - AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA, medindo 5.382,20 m<sup>2</sup> (cinco mil, trezentos e oitenta e dois metros e vinte centímetros quadrados), localizada na região do Bairro Santo Antônio em Mariana, com as seguintes características, limites e confrontações: Área em formato de uma poligonal onde o ponto de partida foi apoiado no vértice nordeste da cerca divisória entre o Sr. Alexandre Marques Gonçalves cuja propriedade tem frente para a Rua 9 e CMP AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA, a partir deste as dimensões, divisas e confrontações são as seguintes: lado V1-V2, vetor 87°00'-SE, comprimento(metros) 12,00, confrontação, Prefeitura Municipal de Mariana - (desapropriada de sucessores de Avelino André Libânio); lado V2-V3, vetor 49°10'-SE, comprimento(metros)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP35.420-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

18,21, confrontação, Prefeitura Municipal de Mariana - (desapropriada de sucessores de Avelino André Libânio); lado V3-V4, vetor 45°15'-SE, comprimento(metros), 49,36, confrontação, Prefeitura Municipal de Mariana - (desapropriada de sucessores de Avelino André Libânio); lado V4-V5, vetor 07°00'-SE, comprimento(metros) 28,66, confrontação, Prefeitura Municipal de Mariana - (desapropriada de sucessores de Avelino André Libânio); lado V5-V6, vetor 86°45'-SW, comprimento 6,50, confrontação, Sanches; lado V6-V7, vetor 24°00'-SW, comprimento 16,56, confrontação, Sanches; lado V7-V8, vetor 13°30'-SW, comprimento(metros), 6,62, confrontação, Sanches; lado V8-V9, vetor 45°45'-SW, comprimento(metros) 10,40, confrontação, Sanches; V9-V10, comprimento(metros), 19,70, confrontação, CMP AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA; lado V10-V11, vetor 13°50'-NW, comprimento(metros), 21,30, confrontação, CMP-AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA; lado V11-V12, vetor 75°50'-SW, comprimento(metros), 22,50, confrontação, CMP-AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA; lado V12-V13, vetor 25°15'-NW, comprimento(metros), 38,50, confrontação, CMP-AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA; lado V13-V14, vetor 64°30'-NE, comprimento(metros), 33,30, confrontação, CMP-AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA; lado V14-V15, vetor 25°40'-NW, comprimento(metros), 39,80, confrontação, CMP-AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA; lado V15-V16, vetor 65°00'-NE, comprimento(metros), 6,90, confrontação, Alexandre Marques Gonçalves; lado V16-V1, vetor 26°30'-NE, comprimento(metros), 4,74, confrontação, Alexandre Marques Gonçalves. Referido imóvel constitui parte do que se encontra registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Mariana, conforme matrícula nº 2.274, Livro 2-F, folhas 515.

Art.2º- Destina-se a presente desapropriação à construção de casas populares.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

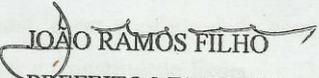
CEP35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.3º- Fica declarada a urgência da presente desapropriação.

Art.4º- A Procuradoria do Município promoverá a desapropriação por meio Judicial ou Amigável.

Art.5- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mariana, 29 de março de 1995.

  
JOÃO RAMOS FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

## Anexo IV


**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA**

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

*Publicado Artigo  
oficial Monumento  
Outubro/2004*
**DECRETO Nº. 3.341 de 20 de julho de 2004**
**Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Imóvel  
Localizado no Distrito Sede de Mariana – MG.**
**O Prefeito Municipal de Mariana – MG.,**

no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 92, VII e art. 12, XI da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições do Decreto Lei 3.365 de 21/06/1941, com as modificações decorrentes da Lei 2.786 de 21/05/1956 e demais disposições pertinentes em especial a Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** – Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação na forma do art. 5º. alínea "n" do Decreto Lei 3.365 de 21/06/1941, os direitos de posse e propriedade sobre uma área de terreno rural, sem benfeitorias, com área de 1,54,00 ha. (um hectare, cinqüenta e quatro ares) situado na Zona Oeste de Mariana, área definida no Plano Diretor como limítrofe de área de reabilitação ambiental onde a ocupação humana é imprópria, área circunvizinha ao Bairro Santa Antônio. O referido terreno possui as seguintes medidas, características e confrontações: *Características:* terreno com declividade variada caindo para o Leste, coberto por vegetação tipo pasto mal conservado. *Medidas e Confrontações:* Partindo do Ponto P1 na margem esquerda do Córrego Vai com Deus, na coordenada E = 664200.12 e N = 7745857.36 e segue no sentido horário subindo acompanhando a margem do Córrego Vai Com Deus com o azimute de 200º 07' 04" numa extensão de 140,00 metros confrontando com o Bairro Santo Antônio até o ponto P2 na coordenada E= 664151.97 e N = 7745725.90 e daí vira para direita subindo com o azimute 290º 07' 04" numa extensão de 110,00 metros até o ponto P3 nas coordenadas E = 664048.68 e N = 7745763.74. Daí a divisa volta com o azimute de 20º 07' 04" numa extensão de 140 metros até o ponto P4 na coordenada E = 664096.84 e N = 7745895.20. Deste ponto a divisa vira para a direita com o azimute 110º07'04" numa extensão de 110,00 metros, até o ponto P1 que é o ponto de partida. Todos os lados, exceto o córrego Vai com Deus e Ribeirão do Carmo confrontam-se com terrenos da CMP Agricultura e Pecuária Ltda., ao qual se atribui o valor de R\$ 5.000,00.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 2º.** — O imóvel a que se refere o art. 1º, deste Decreto destina-se à implantação de equipamentos urbanos, construção de campo de futebol do Bairro Santo Antônio.

**Art. 3º** — Fica declarada urgência na presente desapropriação.

**Art. 4º.** — A Procuradoria Geral do Município promoverá a desapropriação amigavelmente, ou pela via judicial.

**Art. 5º.** — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 6º.** — Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 3.319 de 08 de junho de 2004.

**MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.**

  
Celso Cota Neto  
Prefeito Municipal de Mariana

## Anexo V


**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA**

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

*Publicado 23  
 Semana 140  
 23 a 29/11/06*
**DECRETO Nº. 3.979, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006.**

Declara de Interesse Social para fins de Desapropriação Imóvel Localizado no Distrito Sede de Mariana – MG.

O Prefeito Municipal de Mariana – MG.,

no uso das suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 92, VII e art. 12, XI da Lei Orgânica Municipal, artigo 5º, XXIII da Constituição Federal e demais disposições da Lei 4.132 de 10/09/1962 combinado com Decreto Lei 3.365 de 21/06/1941, com as modificações decorrentes da Lei 2.786 de 21/05/1956 e ainda as normas contidas na Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001 (Estatuto das Cidades) em consonância com as determinações da Lei Complementar Municipal 016/2003 – Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** – Fica declarada de interesse social para fins de desapropriação na forma do art. 2º. inciso IV e V da Lei Federal 4.132 de 10/09/1962, os direitos de posse e propriedade sobre uma área de terreno suburbano, sem benfeitorias, com área de 3.277 (três hectares duzentos setenta sete ares) situado na zona oeste de Mariana, área definida no Plano Diretor como área de ocupação rarefeita, circunvizinha ao Bairro Santo Antônio. Terreno com dimensões variadas com a seguinte descrição: Inicia-se pelo norte no ponto denominado de marco M1 de coordenadas (664.393m:7.746.309m) . Deste segue confrontando com a Rua 5, com azimute plano e distância de 112º17' e 13,30m, até o marco M2, de coordenadas (664.405:7.746.304m); deste segue com azimute plano e distância 167º14' e 25,40m, até o marco M3, de coordenadas (664.411m:7.746.279m) deste segue com azimute plano e distância de 195º22' e 109,10m, até o marco M4, de coordenadas (664.382m:7.746.174m); deste segue com azimute plano e distância 206º24' e 38,90m, até o marco M5, de coordenadas (664.365m:7.746.139m); deste segue com azimute plano e distância de 219º59' e 42,40m, até o marco M6, de coordenadas (664.338m:7.746.107m); deste segue com azimute plano e distância de 239º52' e 25m, até o marco M7 de coordenadas (664.316m:7.746.094m); deste segue com azimute plano e distância de 237º00' e 7,90m, até o marco M8 de coordenadas (664.309m:7.746.090m); deste segue confrontando com a PMM - Prefeitura Municipal de Mariana com azimute plano e distância de 294º49' e 29,80m, até o marco M9 de coordenadas(664.283m:7.746.102m); deste segue com azimute plano e distância de 172º14'70' e 17,10m, até o marco M10 de coordenadas (664.273m:7.746.088m); deste segue com azimute plano e distância de 255º44' e 20,40m, até o marco M11



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

de coordenadas (664.253m:7.746.083m); deste segue com azimute plano e distância de 199°14' e 117m, até o marco M12 de coordenadas (664.215m:7.745.972m); deste segue com azimute plano e distância de 174°60' e 22,20m, até o marco M13 de coordenadas (664.217m:7.745.950m); deste segue confrontando com a CMP - Companhia Mina de Passagem com azimute plano e distância de 276°50' e 46m, até o marco M14 de coordenadas (664.171m:7.745.956m); deste segue com azimute plano e distância de 312°35' e 38,10m até o marco M15 de coordenadas (664.143m:7.745.982m); deste segue com azimute plano e distância de 285°15' e 27,30m, até o marco M16 de coordenadas (664.117m:7.745.989m); deste segue com azimute plano e distância de 345°22' e 34,20m, até o marco M17 de coordenadas (664.108m:7.746.022m); deste segue com azimute plano e distância de 12°90' e 21,30m, até o marco M18 de coordenadas (664.113m:7.746.043m); deste segue com azimute plano e distância de 51°45' e 225,50m, até o marco M19 de coordenadas (664.290m:7.746.183m); deste segue com azimute plano e distância de 39°17' e 163,20m, até o marco M1, que é o marco inicial da presente descrição, o qual se avalia em R\$30.277,00 (trinta mil duzentos setenta sete reais), levando-se em conta a localização, utilidade e topografia e mais ainda, as restrições contidas no plano diretor.

**Art. 2º.** – O imóvel a que se refere o art. 1º, deste Decreto destina-se à regularização fundiária e programas de urbanização e moradia popular da extensão do Bairro Santo Antônio.

**Art. 3º.** – Fica declarada urgência na presente desapropriação.

**Art. 4º.** – A Procuradoria Geral do Município promoverá a desapropriação amigavelmente, ou pela via judicial.

**Art. 5º.** – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 6º.** – Revogam-se as disposições em contrário.

**MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.**

*Celso Cota Neto*  
**Celso Cota Neto**

Prefeito Municipal de Mariana